

## Entre passado e futuro: os 40 anos de 1968\*

Daniel Aarão Reis

As comemorações dos quarenta anos de 1968, em termos históricos, ainda se referem a acontecimentos e a processos relativamente recentes. Para os que participaram de algum modo da aventura de 1968, no entanto, já decorreu um tempo considerável. Em qualquer caso, há uma certa distância, o que, em princípio, não garante coisa alguma, salvo poder meditar e discutir sobre versões diferenciadas e controversas que não deixaram de se acumular ao longo das décadas.

De alguns anos para cá, menos ou mais, segundo as sociedades, as datas redondas têm quase obrigado a um esforço de reflexão sobre certos marcos, considerados importantes, ou decisivos, na história. Alguns têm mesmo feito uma crítica contundente à *febre das comemorações*. Elas estariam se banalizando a tal ponto, e invadindo de tal forma os debates, que, a continuar assim, as margens para novas ações e acontecimentos se veriam reduzidas já que os atores sociais capazes de empreendê-las estariam sempre ocupados em... comemorar alguma coisa já acontecida!

Entretanto, a opção de evitar, ou fugir dos debates associados às comemorações pode não ser boa conselheira, eis que as *batalhas de memória*, não raro, são tão, ou mais, importantes que os objetos a que se referem, porque têm a capacidade de reconstruí-los ou remodelá-los, confirmando-se o velho aforismo de que a *versão* vale mais do que o *fato*, sobretudo quando não se tem consenso sobre o fato/os fatos em questão. Alguns inclusive pretendem, na vertigem dos relativismos cada vez mais dominantes, que a versão *é* o próprio fato, na medida em que a ele se sobrepõe, modificando os contornos e conferindo sentido às ações empreendidas no passado. Segundo esta orientação, os fatos dependeriam das versões e não travar os debates sobre elas seria abandonar os fatos à própria sorte ou ao controle dos que imaginam deles se apropriar como bem entendam.

Trata-se portanto de considerar e assumir os riscos inerentes ao exercício das comemorações, sobretudo quando se tem em vista a tendência a *comemorar* no sentido mais usual que, infelizmente, é pior sentido da palavra, ou seja, no sentido de *celebrar* acriticamente uma data, ou um processo, ou um conjunto de acontecimentos. Nas celebrações, como se sabe, tendem a desaparecer as contradições e as disputas, e a história é recuperada, ou narrada, segundo as conveniências das circunstâncias, e/ou dos celebrantes, ou dos valores dominantes, ou que passaram a dominar. Pode acontecer com os chamados

---

\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. É professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense.

*veteranos* que, com o passar do tempo, queiram ou não, vão se convertendo em *ex-combatentes*, obrigados a conviver com os avatares inevitáveis deste tipo de situação. Mas pode acontecer também, em chave negativa, aos que desejam se livrar deles, ou dos acontecimentos a eles associados. Estes dedicam-se a celebrar, exaltados, não a vigência de algo, mas o seu desaparecimento ou enterro. E isto se aplica a processos mais recentes ou mais remotos.

Sustento a possibilidade de comemorar (relembrar juntos) sem celebrar, o que, de modo algum, significa, como se verá, que pretenda entrar no debate sem premissas ou pontos de vista determinados.

O que impressiona no ano de 1968, e muitos já o têm sublinhado, é a disseminação, a amplitude e a intensidade dos movimentos sociais e políticos. Um pouco por toda a parte, e com diferentes motivações, houve embates e lutas sociais e políticas, de diferentes naturezas. Por que tudo aquilo aconteceu naquele ano preciso ainda permanece um tanto ou quanto obscuro. Para mim, no entanto, embora interessante, esta não é uma questão tão relevante. Mais importante é meditar sobre as correntes, as propostas e as tradições políticas em disputa. Todas, sem dúvida, das mais conservadoras às mais revolucionárias, apresentavam laços de continuidade com o passado (a história não conhece marco zero), e exprimiam fundamentos sociais e históricos determinados. Entretanto, na conjuntura crítica do ano de 1968, algumas tenderam a ancorar-se no passado, enquanto outras foram capazes de abrir horizontes e perspectivas de futuro. A diferença demarcou campos, e sobre esta diferença é que é preciso refletir.

Trata-se de uma questão chave, não trabalhada com o devido aprofundamento ou qualificação. Os movimentos que se desencadearam em 1968 foram extremamente diversos. Ocorridos ao mesmo tempo, às vezes nos mesmos espaços, apresentaram distintas propostas, feições e dinâmicas internas, distintos alcances.

Começamos com uma proposta de força considerável, mas quase sempre coadjuvante ao longo daquele ano *terribilis*: as esquerdas *tradicionalis*, ou seja, o movimento comunista internacional, em suas diferentes tendências e, também em suas diferentes tendências, a social-democracia internacional.

O termo *tradicionalis* aqui não está empregado com conotação negativa. Apenas refere o fato de que eram as esquerdas de maior força e prestígio no cenário político. Tinham mais *tradição*, e este fato parece indiscutível.

Imaginando-se direções/vanguardas políticas, foram surpreendidas pela irrupção e pela dinâmica dos movimentos. *Catando cavaco*, correram atrás, tentando segurar o ímpeto ou/e canalizá-lo, ou/e controlá-lo. Segundo as circunstâncias, chegaram a desempenhar algum papel, quase sempre moderador em relação às

propostas e às paixões, caracterizadas como esquerdistas, sectárias, *porraloucas*. Não sem razão (para elas), respiraram aliviadas quando a ondas de choque tenderam a refluir.

Desde então, estas esquerdas gostam de apresentar os movimentos de 1968 como uma *febre inconseqüente*, um despautério, um acidente de percurso, algo a ser riscado do mapa e do calendário.

Há uma segunda proposta, de força muito mais considerável do que a das esquerdas tradicionais, em termos de seu peso e desempenho históricos, mas com atitudes, em grande medida, análogas. Quero me referir às direitas e considerar suas duas grandes vertentes: as *passadistas* e as *modernizantes*.

As direitas *passadistas* são as *reacionárias* no sentido próprio da palavra. Exasperaram-se frente aos movimentos de 1968, sobretudo em relação às propostas de revolução dos costumes. Aquilo estava além da imaginação, não podia ser tolerado. Já as direitas *modernizantes* eram mais flexíveis. No futuro, como se verá, se mostrariam mais abertas a certas, e importantes, mudanças no plano dos costumes e dos comportamentos. No entanto, contra as turbulências imediatas, fizeram frente comum com as direitas *passadistas*. Tratava-se de erguer um dique à maré montante dos questionamentos à Ordem e vencer os perigos perigosos que se acumulavam.

Pode-se dizer, sem querer formular amálgamas injustificados, ao contrário, marcando as diferenças de motivações e de propósitos, que as direitas (*passadistas* e *modernizantes*) e as esquerdas tradicionais deram-se as mãos na contenção dos movimentos de 1968.

Era um inimigo comum a ser derrotado. Depois que fosse abatido, e o foi, retomariam seus lugares respectivos no jogo político a que estavam acostumadas a jogar.

Daí porque estas forças detestam até hoje o ano de 1968. Nas comemorações do ano, estas gentes não comparecem, querem mais é esquecer.

No entanto, provavelmente por terem sido forças *frias*, no contexto de um ano *quente*, e *vencedoras*, não atraindo a simpatia que os *vencidos* costumam suscitar, sobretudo quando estão definitivamente vencidos, tais propostas não têm sido estudadas com a importância merecida.

Enquanto os fundamentos sociais e históricos de suas forças respectivas não forem suficientemente evidenciados, o ano continuará relativamente incompreendido, porque foi de sua força que derivaram as derrotas dos que pretendiam mudar o mundo.

Passemos agora à análise das propostas revolucionárias de 1968.

Para qualquer observador, mesmo para o mais desatento, seria impossível negar a centralidade às lutas revolucionárias de libertação nacional, em primeiro e principal lugar, a guerra do povo do Vietnã.

Estava em todos os noticiários e mídias, em todos os cartazes, em cada uma e em todas as passeatas. A guerra entrava literalmente no cotidiano de todos e de cada um. Assim, era muito difícil se dizer indiferente. Ou se era favorável à intervenção armada dos EUA, ou se era a favor da luta de libertação nacional dos vietnamitas. Uma formidável polarização.

Nos EUA, em especial, a questão do Vietnã foi decisiva na articulação e no desencadeamento dos movimentos sociais contra a guerra. Jovens, e particularmente os jovens negros, porque estavam tendo suas vidas ceifadas em grande número, começaram a fazer valer suas vozes de protesto. Depois da ofensiva do Tet, em janeiro/fevereiro de 1968, evidenciando a impossibilidade de uma vitória militar estadunidense, as manifestações contra a guerra se multiplicaram de modo avassalador. O então presidente dos EUA (Lyndon Johnson) foi então obrigado a desistir da reeleição, abrindo-se quase imediatamente negociações de paz, em Paris (maio de 1968). Os revolucionários *ainda* não haviam ganho a guerra, o que só aconteceria em 1975, mas os EUA *já* a haviam perdido.

A guerra do Vietnã não merece destaque apenas pelos combates intensos que se travavam naquela região do mundo e pela polarização que suscitava, ou pelos efeitos que produziu, sobretudo, como já foi referido, nos EUA.

Ela era típica também do ponto de vista do conjunto dos movimentos nacionalistas que se desdobravam no mundo desde o fim da II Guerra Mundial. Na Ásia e na África, em particular, mas também em terras de Nuestra América, múltiplos movimentos questionavam a preponderância das potências européias e dos EUA que, em muitos momentos e lugares, tentavam se substituir àquelas, embora exercitando outras formas de dominação. Desmoronavam-se os velhos impérios coloniais, considerados até muito recentemente como inexpugnáveis. Desafiavam-se as políticas neo-coloniais e a dependência em todas as suas formas.

Neste enfoque, a luta dos vietnamitas era também emblemática, porque inserida na corrente nacionalista mais radical, comprometida com a construção de projetos de *modernidades alternativas* aos padrões das modernidades liberais. Não queriam apenas a *liberdade*, queriam a *libertação*, ganhando este último termo uma conotação revolucionária no sentido da associação proposta entre independência nacional e construção do socialismo.

O Vietnã na Ásia, Cuba nas Américas e a Argélia na África. Três revoluções vitoriosas. Pequenos povos que haviam lutado contra as grandes potências do

mundo de então. E haviam vencido. Não havia ali um caminho a indicar que valia a pena ser ousado? Mesmo que já aparecessem as sombras de derrotas (o golpe que derrubou Ben Bella, em 1965; a morte de Che Guevara, em 1967), nem sempre, aliás, devidamente avaliadas?

Estas lutas pareciam então abrir amplos horizontes de futuro. Mas não foi o caso. E a situação atual destas três sociedades o evidencia. Muito se poderá dizer que o fato se deveu ao isolamento em que ficaram, entravadas por circunstâncias hostis. Mas será preciso também considerar as implicações dos processos de guerra, de onde emergiram estas revoluções vitoriosas e a qualidade de suas propostas. Sem falar das ditaduras revolucionárias, comuns às três, com seus Estados hipertrofiados, partidos únicos, predominância das lideranças militares, perseguição implacável a todo tipo de oposição política. Os limites do artigo não me permitem ir mais longe. Em larga medida, o inventário dos projetos revolucionários de modernidades alternativas está ainda por ser feito. Um desafio, sem dúvida, aos que não se curvam à hegemonia das modernidades liberais.

Mas é inegável que o nacionalismo revolucionário dos anos 60 e 70, que então parecia tão promissor, perdeu muito rapidamente sua capacidade de sedução política e de mobilização social. Parecendo na época inovador, tinha mais âncoras no passado do que se poderia imaginar. E foi no passado que estas revoluções de libertação nacional se aninharam, sem abrir perspectivas de futuro.

Outras propostas revolucionárias, entretanto, emergiram no ano quente de 1968.

Destacaram-se, em muitos momentos e lugares, alternativas radicais de construção democrática.

Alternativas ao *rame-rame* tradicional do liberalismo democrático, quase que exclusivamente centrado em calendários e jogos político-institucionais onde acaba primando, apesar das boas intenções, o *cretinismo parlamentar*. Arenas fechadas, debates previsíveis, moderação extrema de propósitos, sentido corporativista da mal chamada *classe política*, distância insuperável entre representantes e representados, distanciando-se os primeiros em relação aos segundos, os quais são apenas consultados em momentos eleitorais.

Alternativas igualmente ao padrão do que viria a ser chamado, anos mais tarde, de *socialismo realmente existente*. Intitulados de *ditaduras do proletariado*, estes regimes, embora revolucionários, de proletários não tinham nada. Eram, no melhor dos casos, ditaduras do partido único, no pior, o que desgraçadamente não era tão raro, ditaduras de líderes carismáticos e suas nuvens de aderentes. Apoiados pelos povos em virtude das reformas sociais e econômicas que haviam sido capazes de empreender, modelavam instituições liberticidas, transformando

oposicionistas em *dissidentes*, para os quais eram reservadas as cadeias e os asilos psiquiátricos.

Assim, as propostas democráticas radicais pretenderam construir, simultaneamente, alternativas ao liberalismo democrático e às ditaduras revolucionárias. Já vamos vendo porque, como se disse acima, deram-se as mãos *contra* os movimentos de 1968, as direitas reunidas e as esquerdas tradicionais. Sentiram-se, com razão, ameaçadas. E reagiram conseqüentemente contra movimentos que punham em questão suas bases de legitimação e suas perspectivas de organizar as relações humanas.

Desafios históricos, difíceis, a exigir tempo de maturação.

Na Tchecoslováquia, cuja *primavera* teve início no frio mês de janeiro de 1968, o processo democratizante mal foi desencadeado e já, em agosto, as tropas do pacto de Varsóvia, lideradas pela União Soviética, invadiam o pequeno país e punham fim a uma experiência que, apesar de começada pelo alto, estendia-se pela sociedade, mobilizando as gentes, fazendo-as propor e construir formas autônomas de organização política e social. Uma chance histórica perdida, com profundas conseqüências a longo prazo. Assinale-se que a invasão soviética mereceu elogios de Fidel Castro e também o apoio, ou o silêncio omissivo, dos demais Estados socialistas. Apoio e omissão compartilhados pelos partidos comunistas em todo o mundo, com a notável exceção do Partido Comunista Italiano.

Social-democratas e liberal-democratas protestaram, sem dúvida. Mais para constar do que para alterar os acontecimentos. Afinal, no quadro da guerra fria, a Tchecoslováquia era considerada área de influência da URSS. O que seria reafirmado pela infame doutrina da *soberania limitada* atribuída à triste figura de L. Brejnev, então secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.

Na China, no âmbito da revolução cultural desfechada desde 1965, também pelo alto, movimentos sociais haviam fugido do controle do Partido Comunista e construído, sobretudo em Xangai, em fins de 1966 e inícios de 1967, formas de organização extremamente inovadoras, fundamentadas em princípios de *democracia participativa* e que recuperaram, em distintos momentos, referências avançadas por pensadores e movimentos anarquistas. Sem falar na crítica contundente às tradições de mando vertical e descontrolado, presentes na China antiga e mantidas pelo Partido Comunista, com outras feições, mas características semelhantes, depois do triunfo da revolução de 1949.

Ainda não suficientemente estudados, estes movimentos, depois de anular em muitas cidades a preponderância do Partido Comunista, não foram, porém, capazes de construir sólidas alternativas. Ao contrário, perderam-se em

processos (auto)destruidores que acabaram proporcionando condições à restauração da Ordem revolucionária ditatorial.

Propostas democráticas radicais apareceriam também na Europa, nos EUA, e mesmo aqui no Brasil, sobretudo nos meios estudantis, mas também, dependendo das circunstâncias, formuladas por operários em luta, como ocorreu, às vezes, na França e na Itália. O que aproximava estes experimentos democráticos realizados em latitudes tão distintas?

A formosa idéia da *autonomia* dos movimentos sociais em relação ao Estado e aos partidos. Críticas radicais às distâncias que se cavavam, mesmo no interior dos movimentos revolucionários, entre dirigentes e dirigidos, entre representantes e representados. Formas *participativas* de democracia. Instituições de controle sobre os representantes e sobre as elites dirigentes. Uma profunda desconfiança quanto à delegação de poderes. A vontade, que parecia imensa, em tomar os freios dos próprios destinos nas mãos. Diretamente. Sem intermediários.

Ensaio, não mais do que ensaio, carecendo ainda de inventários rigorosos. Experiências derrotadas, mas não vencidas. Se também elas tinham referências no passado, o que as distingue são as promessas de futuro, e por isso têm (re)despontado sempre que se acirram as contradições sociais e as gentes voltam a se interessar pela *Res Pública* e pelo destino da Cidade.

Outro processo que tomou corpo em 1968 foram os chamados *novos movimentos sociais*. Como tudo o que surge na História, tinham raízes também no passado, mas se apresentaram com força inusitada e não mais saíram de cena nas décadas seguintes. Nos EUA principalmente, mas também na Europa Ocidental, e um pouco por toda a parte, tais movimentos articulavam-se em torno de programas específicos, referidos a suas inserções particulares na sociedade, devidas a aspectos próprios, que os diferenciavam de conjuntos maiores.

Assim, entre outros, as mulheres e os movimentos feministas. Os negros e os povos originários nos EUA. Os homossexuais e o chamado movimento gay. De início chamados de “minorias”, uma incongruência logo superada, questionavam antigos programas e formas de fazer política e permaneceram algum tempo (ou muito tempo, segundo as condições de tempo e lugar) incompreendidos ou/e hostilizados por organizações políticas de direita e de esquerda.

As direitas passadistas os detestavam pelo caráter ousado de suas reivindicações. Simplesmente não admitiam considerá-las. Entretanto, as direitas modernizantes dispuseram-se, em não pequena medida, a incorporar aspectos importantes dos programas avançados por mulheres, negros e gays, entre outros. O fenômeno só acirrou as prevenções e resistências das esquerdas tradicionais que os acusavam

de *divisionistas*, eis que tais movimentos privilegiavam programas que lhes pareciam demasiadamente particularistas.

Apesar das contradições, os *novos movimentos* firmaram-se como perspectivas de futuro. Extraíam sua força de reivindicações muito concretas, que diziam respeito ao cotidiano das pessoas. Por isso se disseminaram pelo mundo, conquistando força e amplitude, realizando parte considerável de seus programas e remodelando substancialmente a sociedade contemporânea. Ganharam um lugar ao sol e não mais o perderiam, arrastando a reboque direitas e esquerdas e se tornando atores de primeira grandeza do jogo político atual.

Finalmente, mas não menos importante, seria preciso também mencionar as propostas de revoluções dos costumes e dos comportamentos cotidianos. Intimamente associadas aos *novos movimentos sociais*, mas com autonomia própria, tais referências também contribuíram bastante para modificar tendências e características das sociedades contemporâneas.

O questionamento das rígidas hierarquias que marcavam as relações sociais em todos os níveis; a ambição de conferir um mínimo de coerência na relação entre o público e o privado; entre a teoria e a prática; entre o discurso e a ação. A crítica às noções consagradas de representação. O questionamento da importância decisiva do poder político central em proveito de novas ênfases em mudanças aparentemente pequenas, moleculares, mas sem as quais, como se constatava na análise do *socialismo realmente existente*, de nada valiam as utopias grandiloquentes, eis que perdiam substância na medida mesma em que eram incapazes de transformar a vida imediata das pessoas. Como se o *aqui e o agora* merecessem prevalecer em relação a um futuro anunciado como glorioso, mas tão distante, que se tornava intocável pelas pessoas comuns em suas vidas correntes.

As propostas revolucionárias de mudança dos costumes não se realizaram plenamente. Longe disso. Mas registraram avanços bastante consideráveis. E mais importante: a força bruta da reação (de direita e de esquerda) não conseguiu eliminá-las da cena política. Com efeito, é perceptível como se instalaram na agenda dos debates políticos das sociedades contemporâneas.

Considerado nestas múltiplas dimensões e propostas, percebe-se que o ano de 1968, apesar dos 40 anos dele decorridos, ainda interpela os contemporâneos, demandando inventários críticos, suscitando questões.

É necessário estudar a força dos que venceram.

As direitas passadistas, reacionárias no sentido literal do termo, recusam-se a passar e ainda aparecem no cenário político com seus ressentimentos atávicos, tentando segurar e impedir o que muda, o que renova. Basta ver o governo Bush e seus inimigos íntimos do Al-Qaeda para constatar a força dos que ainda só

sentem náuseas em relação aos fenômenos próprios da modernidade. Infelizmente atraem pouco a pesquisa acadêmica, o que é lamentável, porque são forças ainda presentes e extremamente perigosas.

As direitas modernas também mereceriam maior atenção. Ganharam a parada em 1968 e evidenciaram uma notável capacidade de adaptação, inclusive do ponto de vista da incorporação de aspectos importantes das propostas dos novos movimentos sociais e daquelas comprometidas com a revolução dos costumes e dos comportamentos. Aglutinadas em torno de programas neo-liberais, partidárias da globalização à *outrance*, desprezando os valores da igualdade e da solidariedade, sua hegemonia e domínio constituem, sem dúvida, a principal barreira oposta às eventuais propostas comprometidas com a renovação do socialismo.

As esquerdas tradicionais também ainda marcam presença no cenário internacional, particularmente através da social-democracia na Europa Ocidental e Central, onde mais se consolidaram ao longo do século XX. Mas não fazem mais do que resistir, o que não é pouco na conjuntura atual, embora sendo incapazes de apresentar alternativas futuras. O mesmo se pode dizer dos remanescentes dos movimentos comunistas do século XX. Ainda governam pequenos Estados e organizam partidos relativamente fortes em alguns lugares, mas se alimentam mais das glórias do passado do que da capacidade de formular propostas sedutoras para o futuro.

Restam as demais propostas revolucionárias que adquiriram vigência em 1968. Em termos globais foram derrotadas, sem dúvida, mas não eliminadas, ao contrário, permaneceram vivas, ressurgindo, como a velha Toupeira de que falava Marx, sempre que se reconstituem processos de questionamento da Ordem.

Basta conferir os avanços efetivos da revolução molecular das mulheres, a (re) valorização e as conquistas inegáveis dos movimentos étnicos-nacionais, a disseminação progressiva do programa favorável às liberdades no plano comportamental, como, por exemplo, a liberdade de opção sexual, já consagrada e protegida juridicamente em certos Estados. Também é possível estabelecer laços de continuidade entre os movimentos de 1968 e os que levaram à desagregação da União Soviética, sem falar das manifestações na Praça da Paz Celestial em Pequim, em 1989, as passeatas anti-globalização iniciadas em 1999, os movimentos autônomos dos povos originários da América andina, a guerrilha inovadora de Chiapas, os enfrentamentos de Oaxaca, as propostas de certos segmentos no interior da onda nacionalista revolucionária na América andina.

Trata-se de considerar estas propostas. O que propuseram e têm proposto. O que fizeram e têm feito. O que se perdeu, o que se ganhou. O que ficou para trás, o que permanece. Até que ponto foram recuperadas pelas tendências conservadoras. A que ponto foram capazes de mudar as sociedades. A que sínteses é preciso ainda chegar para resgatar, superando, experiências que tiveram sua importância, mas que precisam ser reelaboradas para continuarem abrindo perspectivas de futuro.

Assim, as comemorações de 1968, no sentido próprio do termo – *recordar juntos* – não carecem de celebrações, mas de debates, avaliações e inventários sobre estas questões, e que de preferência sejam controvertidos. Se servirem para isto, terão impedido, como querem alguns afoitos, o apagamento da memória. E terão oferecido, em honra às lutas travadas há quarenta anos, uma contribuição válida, à altura do que merecem.